

## **FORMAR CANDIDATOS COM VOCAÇÃO PARA A JUSTIÇA\***

**NILSON VITAL NAVES**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

O primeiro diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) fala dos desafios que tem pela frente e relembra o aprendizado realizado ao longo de sua trajetória

Criada pela Emenda Constitucional nº 45/04, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), vinculada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi instalada, no dia 12 de abril deste ano, pelo presidente do STJ, ministro Raphael de Barros Monteiro. Seu diretor-geral, o ministro Nilson Naves, tem pela frente o desafio de criar as diretrizes para a formação inicial e pára o aperfeiçoamento dos magistrados de todo o país. A escolha do primeiro diretor da Enfam foi feliz. Mineiro de Lavras, formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Nilson Naves iniciou carreira no Ministério Público no Estado de São Paulo - mas, atendendo a convite, passou a trabalhar na assessoria do ministro Bilac Pinto, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, e depois com o ministro Leitão de Abreu. Da convivência corri esses dois grandes juristas Nilson Naves ganhou uma visão e uma argúcia que certamente ò ajudarão na missão de estruturar o tipo de formação que a sociedade espera hoje dos novos juizes. Para falar sobre os trabalhos da Enfam o ministro recebeu a reportagem de *Diálogos e Debates* em seu gabinete, em Brasília. A seguir, os melhores momentos dessa conversa.

---

\* Entrevista Ministro Nilson Vital Naves

**diálogos & debates** O senhor assumiu a direção-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados em abril. Desde a implantação da Escola, quais as principais diretrizes propostas?

**Nilson Naves** A missão institucional e constitucional da Enfam é justamente definir as diretrizes básicas para a formação e aperfeiçoamento dos magistrados. Daí, entre outros, os objetivos desautorizar e fiscalizar os cursos para ingresso e formação na carreira, fomentar pesquisas sobre temas ligados ao aprimoramento dos serviços judiciais e promover intercâmbio entre entidades nacionais e entre os órgãos do Judiciário brasileiro e os de outros países. Na realidade, a instalação da Escola é recente, mas estamos trabalhando para cumprir essa missão e atender a esses objetivos. Assim, a Enfam já normatizou os cursos de iniciação, de quatro meses, e estabeleceu o período de dois anos para a vitaliciedade dos novos juizes, além de tornar a promoção, no desenrolar da carreira, proporcional à quantidade de cursos de formação que o magistrado realizar. Essas resoluções, já preparadas, serão levadas ao Conselho Superior até a metade de setembro. Iremos definir as diretrizes e estabelecer princípios, e caberá a cada Estado complementá-los.

**diálogos & debates** Levando em conta as peculiaridades e a realidade de cada região, certo?

**Nilson Naves** Sim. Por exemplo, a diretriz determina que o curso terá a duração mínima de quatro meses, mas o Estado com condições de prolongar tal período poderá fazê-lo. Estabelecemos bolsa de, no mínimo, 50% para o juiz ingressante, durante a realização do curso, todavia cada Estado poderá elevar esse valor. Há outros projetos em discussão, como a realização de intercâmbios, do que resultará a troca de idéias, bem como a vinda de magistrados formadores de outros países. Por exemplo, enviaremos magistrados nossos para se aprimorar em outros centros – França, Itália ou Espanha –, e de lá receberemos

magistrados para ministrar aqui cursos de curta duração. Os documentos estão sendo elaborados. Concretamente, devemos assinar, em breve, convênio com a Espanha.

**diálogos & debates** A Escola daria suporte à formação de assessores de ministros ou preparar quadros para os tribunais não é sua função?

**Nilson Naves** Não é essa a função da Escola. Nossa pretensão é formar formadores, pessoas que irão dar aulas em outros Estados. Organizaremos seminários internacionais, trazendo autores renomados para conferências. Poderão também ser ministrados cursos equivalentes aos de pós-graduação. Isso faz parte da nossa visão. Algumas das atividades só serão implementadas, é claro, após a construção do prédio da Escola, prevista para o início do próximo ano. Já temos verba para isso no orçamento de 2008. O prédio será construído aqui em Brasília, ao lado do Centro Cultural do Banco do Brasil, a 500 metros do Superior Tribunal de Justiça.

**diálogos & debates** De que tipo de juiz o Brasil precisa hoje? Qual o perfil do egresso que a Escola desenha? Nilson naves Uma preocupação da magistratura é o recrutamento de pessoas verdadeiramente vocacionadas para o exercício da atividade judicante, porque, para ser juiz, não são suficientes os conhecimentos que os candidatos adquirem cursando a faculdade de Direito. É necessário mais do que conhecimento, é preciso ter vocação para a magistratura, vocação, eu diria, franciscana. Decidir, dizer o direito, saber como resolver uma questão jurídica, tudo isso envolve princípios não apenas jurídicos, mas históricos, filosóficos, psicológicos, pedagógicos. O juiz precisa ser um humanista: como irá julgar o homem, precisa compreender o homem. São pessoas assim que esperamos ter na magistratura. É o curso de formação é importante para isso. Após ser aprovado naquelas provas tradicionais, o

candidato ingressará na Escola e lá será avaliado, durante quatro meses, pelos formadores indicados pelo tribunal.

**diálogos & debates** Ao final do período, sendo aprovado, seria efetivado.

**Nilson Naves** Sim, o candidato aprovado ingressa na magistratura. Com a Escola estabelecendo diretrizes gerais, definindo padrões que gostaríamos fossem acatados pelos Estados e pelas diversas regiões da Justiça Federal, nossa esperança é descobrir pessoas que tenham essa vocação e formá-las. No dia em que instalávamos solenemente a Escola, alguém me disse que ela seria um divisor de águas, que a magistratura se dividiria em "antes" e "depois" da criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. É esse mesmo o grande propósito. É uma visão e tanto.

**diálogos & debates** O senhor ao que parece não gosta de brigas pequenas *[risos]*.

**Nilson Naves** Eu sou mineiro *[sorri]*, e fala-se muito que o mineiro dá um boi para não entrar na briga, mas, depois, dá uma boiada para não sair.

**diálogos e debates** Há uma preocupação com os juizes que ingressam na magistratura ainda muito jovens?

**Nilson Naves** Sim, houve essa preocupação com a falta de vivência do candidato que, logo após o término do curso de Direito, ingressava na magistratura ou no Ministério Público. Hoje, porém, já se estabelece o prazo de cinco anos para que a pessoa, após a formatura, possa prestar o concurso. Na França e na Espanha o curso de formação para a magistratura é de dois anos e, durante esse período, o aluno tem aulas teóricas e práticas, faz estágio em cartório, com juizes de outras varas. Só após esses dois anos, se aprova do, começa a judicar.

**diálogos & debates** O senhor, como diretor-geral da Escola, está em contato com os distintos centros de formação do Acre, do Tocantins, desse Brasil afora. Qual o peso das diferenças regionais?

**Nilson Naves** Reunimos há pouco os diretores das escolas da magistratura estaduais e federais aqui em Brasília e discutimos detalhes de nossas propostas relativas ao curso de formação para ingresso na carreira e ao curso de aperfeiçoamento para promoção. Recebemos sugestões, que serão incorporadas, aplausos de vários Estados, observações de outros. Na realidade, há uma carência muito grande de juizes.

Temos lugares com número grande de vagas não-preenchidas. São Paulo mesmo é um caso. Um Estado da magnitude de São Paulo deveria ter pelo menos o dobro de juizes. Então, nesse encontro, alguns perguntaram: "Se, depois de um concurso difícil, das provas tradicionais, o candidato ainda tem de fazer esse curso, como iremos ficar?" Eu então lhes perguntei: "Não é melhor constatar, antes da nomeação, que um candidato não reúne condições para exercer a magistratura?" Porque há a dificuldade de desfazer o ato de nomeação. Aqui no Distrito Federal o juiz aprovado no concurso é nomeado e, no dia seguinte, já está sentado à mesa e despachando, decidindo, sentenciando.

**diálogos & debates** É muita responsabilidade, realmente!

**Nilson Naves** Em Estados como São Paulo e Minas Gerais, o candidato aprovado faz o curso de iniciação e é nomeado para uma comarca pequena, onde as causas são pequenas, e conta com o apoio de um juiz consultor, com quem resolve as dúvidas. Entretanto, o candidato nomeado juiz federal vai diretamente para uma cidade grande e lida com causas importantes. Quando prestei concurso em São Paulo, a minha primeira comarca foi Caconde. Eram causas pequenas, embora muito importantes para as pessoas envolvidas, é claro. Tive tempo para ir aprendendo e consolidando uma visão sobre a prática.

**diálogos & debates** Há Estados que ainda não têm escola ou alguma região ainda muito em descompasso?

**Nilson Naves** Todos os Estados têm a sua escola, e são escolas de alto nível. Minas Gerais foi o primeiro, no início de 1970, depois o Rio Grande do Sul. São Paulo tem uma escola das melhores, Rio de Janeiro também. Isso não significa que os outros não tenham. Goiás é um bom exemplo. Agora, há Estados em que a escola está iniciando as atividades e padece principalmente de dificuldades de ordem financeira. Uma das nossas propostas é ajudar tais escolas.

**diálogos & debates** Tocantins, por ser um Estado novo, deve ainda estar em consolidação.

**Nilson Naves** Sim, mas o presidente da escola lá instalada esteve conosco e está muito esperançoso. Estão realizando um bom trabalho. Em breve pretendo iniciar as visitas aos Estados. Quero ir a todas as escolas, dar seguimento ao levantamento, em todas elas, das dificuldades que enfrentam. Estamos no início das atividades. Há um campo enorme pela frente. O meu objetivo é fazer a Enfam iniciar bem as suas atividades e exercer, da melhor maneira possível, as suas competências. Pode ser muita pretensão, mas é o meu sonho e o motivo da minha determinação.

**diálogos & debates** Falando um pouco de como o senhor iniciou sua trajetória no Direito, o que o senhor traz de suas origens, da bela Lavras natal?

**Nilson Naves** Lavras é a cidade onde nasci, iniciei meus estudos, uma cidade de várias escolas. Na época eram duas as escolas de agronomia, uma em Lavras, outra em Viçosa. Lavras também é a cidade dos ipês amarelos, roxos e vermelhos, uma cidade que me marcou muito. Aos 19 anos fui para Belo Horizonte, onde continuei com os estudos, mas não perdi os meus contatos em Lavras. Ainda tenho lá alguns parentes e

bons amigos que me fazem a ela retornar. Portanto trago de Lavras, além das boas lembranças e das boas amizades, um sentimento de gratidão profundo porque as experiências que lá vivi colocaram, eu diria, ferro na minha alma, o suficiente para me dar a determinação que a vida exigiria de mim.

**diálogos & debates** O senhor cursou Direito na Federal de Minas, exerceu advocacia em Belo Horizonte. Foi planejado prestar concurso para o Ministério Público em São Paulo?

**Nilson Naves** O que me despertou para o Direito foi a atividade de um advogado chamado Ângelo Naves, que advogava em Lavras. Era ótimo criminalista, despertou em mim o gosto pelo Direito. Fui para Belo Horizonte, bacharelei-me e fiz pós-graduação em Ciências Penais. Durante o curso de Direito, foi intensa a minha atividade, envolvi-me até com atividades políticas. Era um período de turbulência, pois iniciei a faculdade em 1962. Atuei no Centro Acadêmico, representei os alunos na Congregação, participei de congressos. Durante o período em que estudava, fui bancário para custear os estudos. Creio que a vida me encaminhou por esses caminhos, fazendo-me chegar ao Ministério Público. Dizem até, não sei, que as mãos trazem escrito um vaticínio inevitável, que a nossa história, o nosso destino, tudo está escrito.

**diálogos & debates** O senhor era do Banco da Lavoura de Minas? *[risos]*

**Nilson Naves** Era um banco pequeno, o Ribeiro Junqueira, com matriz em Leopoldina, estabelecimento depois adquirido pelo Comércio e Indústria, que, por sua vez, foi adquirido pelo Banco Nacional. O presidente era Carlos Luz, político muito votado em Lavras. Ele foi paraninfo da minha turma de quarta série do ginásio, e fui o orador. Com isso ele acabou me levando para trabalhar no banco. Para mim, o encontro do acaso e da oportunidade. Quando estava terminando a pós, iniciei a advocacia principalmente nas áreas penal e trabalhista. Depois de

deixar o banco, resolvi fazer concurso. Escolhi São Paulo porque, naquele momento, era o Estado que mais bem remunerava. Fiz o concurso, eram 20 vagas, fui aprovado e comecei como promotor substituto na capital.

**diálogos & debates** E então o senhor foi para Caconde, na primeira entrância.

**Nilson Naves** Sim. Estava em Caconde quando houve um congresso pan-americano do Ministério Público em Brasília. Vim participar juntamente com a delegação paulista. Um dia fui ao Supremo visitar José Francisco Rezek, colega de turma na faculdade que se tornou assessor do ministro Bilac Pinto. Ele estava deixando a assessoria, então fui convidado a substituí-lo no cargo. Aceitei e vim para Brasília.

**diálogos & debates** O senhor continuou depois a carreira em São Paulo?

**Nilson Naves** O governo de São Paulo me colocou à disposição de Brasília sem prejuízo da carreira, porque vim para ficar por apenas dois anos. Mas não me deixaram sair daqui. Bilac Pinto se aposentou e eu fui assessorar o ministro Leitão de Abreu, que era seu grande amigo. Depois Leitão de Abreu foi para o Gabinete Civil da Presidência e eu fui junto.

**diálogos & debates** Como foi trabalhar ao lado de nomes como Bilac Pinto e Leitão de Abreu?

**Nilson Naves** Foram duas pessoas que me influenciaram muito, que me marcaram por sua alta cultura, ótimo coração. Eles me deixavam muito à vontade. Aprendi muito com os dois, tornamo-nos amigos. No Supremo trabalhei com Bilac Pinto, uma pessoa cujo nome foi lembrado para a Presidência da República. Ele conhecia todo o mundo político, foi presidente da Câmara dos Deputados, embaixador na França, era homem muito relacionado, com profunda cultura jurídica. Quando



Leitão de Abreu assumiu, já era o governo de Figueiredo. Foi naquele episódio em que Golbery se demitiu, e Leitão de Abreu foi chamado. O período da Casa Civil foi muito interessante. Leitão disse que íamos para lá com um objetivo: devolver o poder aos civis. Então fomos. Eu prestei assessoria maior no campo jurídico, mas, dada a amizade que tínhamos, que vinha desde o Supremo, sempre conversávamos sobre assuntos políticos.

**diálogos & debates** Sua carreira em São Paulo se resumiu a dois anos?

**Nilson Naves** Um pouco mais, quase três anos. Como estava à disposição em Brasília, eu não tinha promoções por merecimento em São Paulo. Mas não tinham como impedir a minha promoção por antiguidade.

**diálogos & debates** Quando o senhor sai do Ministério Público para entrar nos quadros do Judiciário?

**Nilson Naves** Eu estava lotado no Gabinete Civil da Presidência da República e chegara a procurador, último cargo da carreira do Ministério Público. A Constituição de 1967, com a emenda de 1969, previa que quatro lugares do antigo Tribunal Federal de Recursos seriam destinados a magistrados e membros do Ministério Público dos Estados. Em 1985 surgiu uma vaga entre essas quatro. Tancredo Neves já estava eleito, constituindo seu ministério. O presidente Figueiredo me convidou, meu nome foi ao Senado, tive apenas dois votos contra, e o decreto de minha nomeação saiu no Diário Oficial de 11 de março. Assumi em abril de 1985. O Tribunal Federal de Recursos era o tribunal de apelação dos juízes federais, ou melhor, das causas de interesse da União e das suas autarquias. A esse Tribunal também foi conferida uma missão nacional, a saber, julgar mandados de segurança contra atos de ministros de Estado, conflitos entre juízes do Brasil todo, competências que eram do Supremo e que foram transferidas para aliviá-lo. Com isso o Tribunal Federal de

Recursos tinha a natureza de tribunal nacional, e os seus membros tinham o título de ministro.

**diálogos & debates** Com a Constituição de 1988 o Tribunal de Recursos se tornou o STJ?

**Nilson Naves** O Federal de Recursos foi extinto. No lugar dele surgiram os cinco Tribunais Regionais Federais, que não ficaram com todas as competências, apenas com as que eram próprias dos tribunais de justiça.

**diálogos & debates** O senhor fez parte da primeira composição do STJ, há 18 anos. Que mudança o senhor vê na Justiça nesses anos todos?

**Nilson Naves** A Constituição de 1988 alterou a organização do Judiciário com a criação do STJ, porque o Supremo Tribunal Federal perdeu uma de suas competências, a de zelar pela lei federal. O STF ficou preferencialmente com a matéria constitucional. Antes o Supremo era um tribunal com duas áreas de competência: uma guardava a Constituição, a outra guardava a lei federal. Ele perdeu a última dessas atribuições, usada para criar o STJ. Essa foi a grande modificação, mas há outras. Os constituintes criaram instrumentos que permitiram maior acesso ao Judiciário, despertando o povo para buscá-lo. A partir da Constituição de 1988 a procura pela Justiça aumentou sobremaneira. Isso trouxe o aumento de causas, mas os constituintes não deram aos magistrados condições que corresponderem à expectativa criada. Estamos com 18 anos de vida, ganhamos a maioria, e o número de processos já beira 1 milhão. Cada membro da seção que cuida de Direito Penal recebe individualmente de 20 a 30 *habeas corpus* por dia.

**diálogos & debates** Não haveria uma maneira de conter isso? Nilson naves São instrumentos que cuidam da liberdade, então se cria um dilema: vivemos entre a rapidez e a segurança. Dizem que, se a

Justiça é rápida, não é segura. Se é segura, não pode ser rápida. E esses instrumentos são criados pelo legislador. Na verdade há um lado positivo e outro negativo em relação ao número de processos - que é assustador. O positivo é que a Justiça não está desprestigiada. O negativo é que não conseguimos corresponder à altura, fazer a prestação no tempo previsto.

**diálogos & debates** Que mensagem o senhor dá aos novos juízes?

**Nilson Naves** Sempre acreditei no Judiciário. Quando assumi a Presidência do STJ, em 2002, disse que, dentre as funções do Estado, a que primeiro surgiu, teve fôlego e ganhou realce foi a função de julgar. A História nos conta que as pessoas se tornavam reis não com a finalidade de administrar, mas com a de julgar. A atividade judicante é uma missão sagrada. Sempre achei que quem pisa o solo de um tribunal pisa solo sagrado. As pessoas que souberem exercer função desse porte irão dignificar a arte de julgar.